

COZINHAS COMUNITÁRIAS E PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DE RESISTÊNCIA: ENTRE A LUTA COTIDIANA E OS HORIZONTES DE TRANSFORMAÇÃO

COCINAS COMUNITARIAS Y PRÁCTICAS SOCIOESPAZIALES DE RESISTENCIA: ENTRE LA LUCHA COTIDIANA Y LOS HORIZONTES DE TRANSFORMACIÓN

 Kauan Arthur Fonseca Lunardon ^A

^A Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Recebido em: 19/mai/2023 | 19/mai/2023 **DOI:** 10.12957/tamoios.2023.76240
Correspondência para: Kauan Arthur Fonseca Lunardon (kauanfonseca@ufpr.br)

Resumo

As ações operadas por movimentos sociais no contexto da crise de saúde causada pela pandemia de Covid-19 revelam não somente o acirramento das dinâmicas capitalistas de exploração, mas principalmente um tipo de inventividade social capaz de fazer frente às mesmas. Na ebulição de cozinhas solidárias, espaços destinados a produção de comida e sua posterior distribuição, ocorrida em Curitiba durante a pandemia, destacamos aqui alguns desses espaços, dentre os quais àqueles organizados por movimentos sociais de luta pela terra, moradia e dignidade. Considerando o espaço social simultaneamente como produto do modo de produção hegemônico e potencial arena de apropriação, propomos então analisar como operam as “práticas socioespaciais de resistência” (RIBEIRO, 2018) que conduzem a “estratégias socioespaciais” (SOUZA, 2010), desvendando assim, como diferentes tipos de organizações sociais constroem, na luta cotidiana, seus horizontes de transformação da vida.

Palavras-chave: práticas socioespaciais; ativismos urbanos; espaços diferenciais; cozinhas comunitárias.

Resumen

Las acciones llevada a cabo por movimientos sociales en el contexto de la crisis de salud originada en la pandemia de Covid-19 revelan no solo el la ferocidad de las dinámicas capitalistas de exploración, pero principalmente un tipo de ingenio social capaz de hacer frente a las mismas. En el medio de la ebullición de cocinas comunitarias, o sea, espacios destinados a la producción e distribución gratuita de comida, que pasó en Curitiba-PR durante la pandemia, destacamos aquí algunos de esos espacios, en los cuales, aquellos organizados por movimientos sociales de lucha por tierra, techo y dignidad. Considerando el espacio social simultáneamente cómo producto del modo de producción hegemónico y potencial arena de apropiación, proponemos analizar como operan la “prácticas socioespaciales de resistencia” (RIBEIRO, 2018), que llevan a diferentes “estrategias socioespaciales” (SOUZA, 2010), desvelando así, como diferentes tipos de organizaciones sociales, construyen en su lucha cotidiana, sus horizontes de transformación de la vida.

Keywords: prácticas socioespaciales; activismos urbanos; espacios diferenciales; cocinas comunitarias.



INTRODUÇÃO

A crise de saúde causada pela pandemia de Covid-19, somada ao acirramento das políticas neoliberais experienciadas não apenas no Brasil, mas certamente com mais intensidade diante do contexto político nacional, não apenas ressaltou, mas escancarou as contradições e desigualdades presentes no atual estágio do desenvolvimento capitalista. Não por acaso, ao passo que o biênio 2020-21 foi marcado por recordes de lucro em exportações de commodities, devido à valorização do dólar em relação ao real, concomitantemente foi também um período de aumento drástico dos preços de alimentos básicos. Quase imediatamente à eclosão da pandemia, a fome voltou a ser uma preocupação assustadoramente presente na casa de muitas famílias, e também para muitas famílias sem casa. Nesse duro e trágico cenário, ações de distribuição de refeições e alimentos *in natura* para pessoas em situação de vulnerabilidade social se intensificaram nos três penosos anos que sucederam ao aparecimento do SARS-CoV-2, especialmente em Curitiba, foi notável o número de coletivos que se formaram com esse objetivo.

Cozinhar em comum, isto é, de maneira coletiva, com o objetivo de compartilhar ou distribuir as refeições não é algo novo. Em um texto de 1914, o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin (2023[1914]) relata várias experiências desse tipo na França, Rússia, Alemanha e Inglaterra, as quais denomina como “cozinhas comunistas”. Nas suas palavras, “as necessidades da vida diária, de fato, nos obrigam a organizar, em todos os lugares, cozinhas comunistas, onde uma comida saborosa e sólida pode ser obtida, tanto a baixo preço para aqueles que ainda podem pagar por isso, quanto de graça para aqueles que não podem” (KROPOTKIN, 2023). Esse trecho releva que, em contextos críticos tais como guerras e pandemias, as necessidades básicas vêm à tona, e a organização coletiva se faz não somente importante, mas necessária.

Assim como Kropotkin indica que tais organizações poderiam ser o germén que levaria à comunalização de outras esferas da vida social, no presente artigo, mais do que destacar a importância das cozinhas comunitárias no contexto de mitigação dos impactos da pandemia, propomos entendê-las como produtoras de “práticas socioespaciais de resistência” (RIBEIRO, 2018) capazes de fomentar uma “produção diferencial do espaço” (LEFEBVRE, 2013). Materialmente consideradas, as cozinhas comunitárias (ou solidárias) são espaços onde são produzidos, de maneira coletiva e auto-organizada, refeições para pessoas em situação de vulnerabilidade, principalmente pessoas em situação de rua, trabalhadores informais, imigrantes, artistas de rua, mas também para moradores de áreas periféricas e ocupações urbanas. Indo além dos espaços físicos, as cozinhas são também os coletivos responsáveis pela manutenção das mesmas, suas experiências, valores e memórias adquiridas não somente pela prática cotidiana, mas por várias trajetórias de luta que, como sugere o vocabulário espacial de Doreen Massey (2009), produzem ali um “encontro”. Olhar para tais encontros pode proporcionar exemplos de configurações emergentes de ativismos sociais urbanos capazes de produzir diferencialmente a cidade. É seguindo tais pistas teóricas que elaboramos no presente texto um encontro com a experiência prática de alguns desses coletivos, especificamente três cozinhas comunitárias organizadas por movimentos sociais de luta por terra, teto e moradia. Cabe ressaltar que o subsídio para esse texto advém de uma pesquisa de mestrado realizada junto a esses e outros coletivos de Curitiba, entre 2020 e 2022 (LUNARDON, 2022).

O preparo e distribuição de refeições e alimentos *in natura* para pessoas em situação de vulnerabilidade social são ações exercidas por diversos tipos de organizações sociais. Além dos movimentos sociais com os quais dialogamos nesse artigo, estão presentes também diversas



ONG's, associações independentes, entidades religiosas, como igrejas evangélicas, entidades paroquiais e terreiros de umbanda, restaurantes e até mesmo microempresários e figuras públicas da cidade. Tal amplitude ecoa a dobra teórica citada por Abers e Büllow (2011, p. 53), sendo que para elas, “nas últimas três décadas, os movimentos sociais têm sido compreendidos como uma forma de ação coletiva sustentada, a partir da qual atores que compartilham identidades e solidariedades enfrentam estruturas sociais ou práticas culturais dominantes”. Se essa definição ainda é bastante pertinente, as autoras apontam que a mesma exclui uma sorte de movimentos e uma multiplicidade de “atores e organizações, caracterizados não tanto pela sua temática, mas sim pela sua luta comum por criar um espaço de liberdade comunicativa”. Por sua vez, através da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, elas apontam uma mudança paradigmática, do ator, ou seja, dos próprios movimentos, “para atrelá-la a um lócus, a sociedade civil” (ABERS e BÜLLOW, 2001, p. 56).

Se por um lado tal amplitude é percebida em vários aspectos do que se coloca enquanto “ativismo social”, por outro, a experiência propiciada na nossa pesquisa aponta que seria um erro incluir todas essas ações sobre uma mesma alcunha, seja como “sociedade civil organizada”, ou outra qualquer. Através do conceito de prática socioespacial de resistência (RIBEIRO, 2018), percebe-se que um mesmo tipo de ação pode ser (e é) exercida de maneiras distintas, colaborando potencialmente em maior ou menor grau para a superação (ou ainda a manutenção) das relações de desigualdade e injustiça social. Espera-se que esse pequeno texto, através do tensionamento entre “a crise e a crítica”, contribua para essa discussão, tão cara ao pensamento geográfico atualmente.

PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DE RESISTÊNCIA

Começamos por uma breve recapitulação do conceito de prática espacial, elaborando suas implicações na ideia de práticas socioespaciais de resistência. Bem, praticamos o espaço enquanto o vivemos. No entanto, a despeito da aparente banalidade do termo, a prática espacial, ou socioespacial, já que nos referimos sempre a um espaço produzido e compartilhado pela e por uma sociedade, se coloca, como aponta Lefebvre (2013), como uma das três dimensões primordiais da produção do espaço. À prática espacial, somam-se as representações do espaço, isto é, os “conhecimentos, signos, códigos e relações frontais” (LEFEBVRE, 2013, p. 92, trad. nossa) que se vinculam ao modo como o espaço é concebido, de acordo com o modo de produção dominante e os espaços de representação, de caráter disruptivo e que “expressam (com ou sem codificação) simbolismos complexos ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social” (LEFEBVRE, 2013, p. 92, trad. nossa).

Assumida a contradição dialética entre as representações do espaço e os espaços de representação, o que se expressa na própria nomenclatura escolhida, Lefebvre identifica as práticas espaciais ao mesmo tempo como elemento de sustentação da cotidianidade hegemônica, quanto de superação dela. Mais que simplesmente um conjunto de ações, a prática espacial “assegura a continuidade no seio de uma relativa coesão”, que “implica por sua vez, um nível de competência e um grau específico de performance” (LEFEBVRE, 2013, p. 92, trad. nossa), dotado de um ritmo, ou de um conjunto de ritmos, que podem ser mais ou menos sincrônicos, cíclicos ou lineares (LEFEBVRE, 2004). Segundo Stavrides (2016b, p. 33, trad.



nossa), “as práticas, como séries de atos interrelacionados, estão definidas pelo seu tempo, pelo modo em que se movimentam no tempo, pelas formas que empregam e reproduzem simultaneamente”.

Souza (2010, n.p.) reconhece que todas as ações do ser-humano são diretas ou indiretamente ligadas à dimensão espacial da sociedade, mas segundo o geógrafo, algumas dessas práticas “se acham forte e diretamente impregnadas dessa dimensão, em aspectos que vão da identidade à organização”, constituindo o que denomina como “práticas espaciais, as quais são ‘práticas sociais densas de espacialidade’” (SOUZA, 2010, n.p.). Nesse sentido, apesar do autor não ter a intenção de abranger a complexidade do termo, tal como concebido por Lefebvre (2013), indica, assim como o filósofo francês, que “as práticas espaciais têm servido, obviamente, tanto à dominação, à coerção, à imposição de cima para baixo das leis (...), quanto a emancipação, à autodeterminação, à autodefesa legítima” (SOUZA, 2010, n.p.).

Ribeiro (2018, p. 56) escreve que a prática socioespacial se associa à escala do corpo e “ao substrato sensorial, aos gestos, à percepção que se tem do mundo exterior, isto é, ao espaço percebido”. É exatamente a ligação íntima com o corpo, tão caro aos espaços de representação, quanto negado ou substituído por imagens no espaço concebido, que faz a prática espacial contraditória por natureza. Essa se coloca como “um momento de emprego do tempo e de uso dos lugares” (RIBEIRO, 2018, p. 56), mas como aponta Lefebvre (2013), um emprego que pode ser tanto de reprodução quanto de ruptura. É no entranhamento com a resistência cotidiana que a prática socioespacial se aproxima desse último, ao passo que “para continuar como habitante, o indivíduo torna a resistência uma dimensão obrigatória do ato de viver e, portanto, transforma-a em prática socioespacial” (RIBEIRO, 2018, p. 56). Assim, para as pessoas que são privadas do acesso à terra e moradia, o cotidiano se torna obrigatoriamente resistência, e a “resistência emerge como sobrevivência” (RIBEIRO, 2018, p. 56). Segundo Grandi (2022, p. 48, trad. nossa, grifos do autor), para as pessoas que vivem em ocupações urbanas

Estar na luta se refere, antes de tudo, a outros esforços cotidianos: *lutar* para enfrentar o sistema de transporte precário; *lutar* para cumprir a carga horária do trabalho esgotador; *lutar* para acessar os serviços públicos de saúde; *lutar* contra a violência cotidiana das periferias urbanas do país; *lutar* para educar suas filhas/os.

Assim, as práticas espaciais de resistência operam no negativo do hegemônico, embora seja um erro admitir aqui um tipo de resistência pura, como nos indica Carvalho (2000), ao apontar a relação dialética entre resistência e conformismo. Tal dialética está presente também no cotidiano, arena das práticas espaciais. Seguindo o entendimento de Lefebvre (1992), ao mesmo tempo que a vida cotidiana sustenta a reprodução da cotidianidade hegemônica, ali também se encontram as condições concretas da resistência. Concordamos aqui com Hardt e Negri (2016), que ao pensar sobre resistência através da biopolítica foucaultiana, indicam que esse “é o termo que [Foucault] utiliza com maior frequência, mas que não captura exatamente o que tem em mente, pois a resistência como geralmente entendida, é por demais dependente ou subordinada ao poder que se opõe” (HARDT e NEGRI, 2016, p. 73). Dessa forma, a saída proposta é assumir a resistência como “uma produção alternativa de subjetividade, que não só resiste ao poder como busca autonomia em relação a ele” (HARDT e NEGRI, 2016, p. 73).



Portanto, abordar a resistência enquanto prática socioespacial cotidiana significa entendê-la junto à “corrente menor” do biopoder, que “insiste na vida como resistência, um outro poder de vida que luta por uma existência alternativa” (HARDT e NEGRI, 2016, p. 74). Para Ribeiro (2018, p. 54),

a resistência, considerada uma prática socioespacial, torna-se obrigatória, por ser uma prática que, no plano teórico, contesta e ao mesmo tempo impulsiona a produzir uma reflexão que supere o pensamento único. No plano do real, por sua vez, é a prática que sustenta os irredutíveis do ser humano diante da reiterada despossessão da riqueza produzida socialmente.

Dessa maneira, a resistência encarada enquanto prática cotidiana assume um papel disruptivo que pode ir além da imediata manutenção das condições de sobrevivência, permitindo lutar contra a despossessão e a expropriação que chega até a escala do corpo, “seja através da usurpação de meios de vida materiais, seja através da subtração do lúdico e do tempo lento e cíclico” (RIBEIRO, 2018, p. 56). Lembrando as ideias de Agnes Heller, Martins (2000, p. 63-64) escreve que “só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida. Essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana. Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável”. A relação entre o possível-impossível, se liga aqui à ideia de atual-virtual, isto é, entre o que é imposto pelas condições de vida vigentes e o que é possível de ser criado em um horizonte futuro. Se a condição atual presentifica e aumenta os impactos da fome, o possível, na prática espacial realizada nas cozinhas comunitárias, se coloca como matar a fome de quem não tem o que comer. O virtual, por sua vez, é a possibilidade dentro do possível, horizonte utópico, mas que necessita ser constantemente praticado, já que existe como gérmen dentro do atual. Para os coletivos que compõem as cozinhas, se impõe como o momento onde todos possam se alimentar com qualidade e sem exploração do trabalho. Assim, “compreender a resistência como prática socioespacial é um meio de retomar e dar sentido à proposta de um pensamento-ação, que é aquele que pretende pôr em relevo os resíduos que podem conter o possível” (RIBEIRO, 2018, p. 63), de modo que o horizonte de transformação real e concreta da realidade coaduna também com a reprodução do humano em sua totalidade.

Nesse ponto a prática socioespacial de resistência adquire uma outra faceta que se forja nos desafios compartilhados por um grupo social, marcados pelas relações entre centro e periferia. Ao passo que Lefebvre (2013) define a centralidade como forma do urbano, a periferia é a expressão que escancara a distribuição desigual desse urbano. Para Damiani (2009), é a impossibilidade do urbano para todos. Nesse sentido, tanto as distribuições de refeições realizadas nas praças do centro da cidade quanto nas vilas e ocupações periféricas atingem pessoas que tiveram o urbano negado de algum modo, seja pelo mais básico direito de habitação, ou de outros como mobilidade, trabalho e lazer. Assim, mesmo as distribuições de marmitas realizadas no centro de Curitiba podem ser caracterizadas também como práticas de resistência periférica. Cabe ressaltar que grande parte das pessoas que recebem as marmitas são moradores de áreas periféricas que vem até o centro para tirar algum sustento com empregos informais e/ou precarizados, ou então que estão em busca de trabalho.

Segundo D’Andrea (2013, p. 137), o termo periférico é apropriado pelas camadas populares de maneira a ressignificá-lo, atribuindo um valor de reconhecimento comum, ao



passo que “afirmar-se socialmente por meio da violência e da pobreza era, de partida, afirmar-se sobre um termo que buscava uma mutação de sua característica original”. Se esses marcadores sociais são ainda bastante presentes e pertinentes, Barbosa (2017, p. 181), se referindo às favelas e às moradias populares, ressalta ser necessário reconhecer tais espaços como “potências inventivas do direito à cidade”, ao passo que “é com o recurso e o concurso de suas potências, e não de suas carências e ausências, que se devem inserir os grupos populares e seus territórios na agenda de exigibilidade da justiça territorial”. Para D’Andrea (2013, p. 138-139), as múltiplas facetas que constituem a experiência periférica ganham

unidade por meio de uma autoatribuição, em princípio subjetiva, expressa no sentir-se periférico (...). Em certa medida, essa subjetividade ganha sentido porque expressa uma situação geográfico-social que se confronta com outras situações geográfico-sociais na cidade. (...) Desse modo, sentir-se periférico se expressa em uma gama variada de experiências de ordem prática que, mesmo não dando conta de todas as experiências possíveis, contribuíram para a formação de um sentido de pertencimento a uma situação social compartilhada.

Nesse cenário, insere-se a ideia de uma resistência urbana cotidiana periférica, que se caracteriza pelas condições de vida compartilhadas dentro das periferias das cidades, ou o que Magnani (2011 apud D’ANDREA, 2013) denomina como “habilidade para viver na quebrada”. É um tipo de “experiência compartilhada de percepção da urbe” marcada principalmente pela segregação socioespacial (D’ANDREA, 2013, p. 139). Certamente, cada lugar e cada periferia, bem como cada história pessoal, guarda sua especificidade. Mas, ao passo que essa experiência compartilhada “é resultado de uma dada produção social do espaço urbano que se realiza numa sociedade capitalista” (D’ANDREA, 2013, p. 140), encontrar os pontos em comum nas diversas práticas de resistência pode ser um caminho interessante para traçar possibilidades conjuntas de superação. Ao caracterizar tais práticas como práticas de resistência periférica, assume-se a periferia como lugar de enunciação e autonomia política, indicando um momento quando a subjetividade periférica é utilizada politicamente. No caso da nossa interpretação proposta da prática socioespacial de resistência cozinhas geridas por Movimentos Sociais, isso ocorre deslocando a periferia de um recorte territorial específico e encarando-a relacionalmente como um modo de vida contra hegemônico em relação àquilo que é imposto pelo centro.

As três experiências aqui relatadas com mais detalhe (uma oriunda de um movimento de luta por terra, de origem camponesa; um de luta urbana por habitação; um movimento de luta por direitos da população em situação de rua) demonstram três tipos de estratégias socioespaciais distintas que se vinculam tanto ao seu contexto socioespacial quanto ao modo de organização dos movimentos. Não pretendemos aqui realizar uma comparação das mesmas, o que poderia carregar, ainda que implicitamente, certo juízo de valor. Queremos apenas demonstrar que um mesmo tipo de prática socioespacial (produção coletiva de refeições e distribuição de marmitas), mesmo quando realizada por movimentos sociais, pode se dar de diferentes maneiras, construindo distintos, embora conectados, horizontes concretos de transformação e elaborando para isso diferentes “estratégias socioespaciais” (SOUZA, 2010).



COZINHAS E CONTEXTOS

A pesquisa que origina esse texto ocorreu entre e através de vivências de larga intensidade com algumas cozinhas, em especial a do Marmitas da Terra e do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), além de visitas esporádicas a várias outras, como a cozinha da ocupação Marielle Franco, onde acompanhamos também o processo de reconstrução do espaço que deu origem a mesma. A primeira cozinha solidária que surgiu no contexto pandêmico, em Curitiba, foi a organizada pela sede local do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). A ação do MNPR se origina tendo como prioridade o fornecimento emergencial de alimentação para as pessoas em situação de rua, em vista do fechamento dos restaurantes populares e também do comércio em geral, onde tais pessoas costumam buscar alguma forma de sustento. Em atividade desde abril de 2020, essa cozinha funciona quatro vezes por semana: às segundas, terças, quintas e sextas-feiras, e devido ao seu caráter diário e cotidiano, aos poucos esse espaço foi se tornando um dos principais lugares de militância e atividade política do movimento.

Logo após, em maio de 2020, alguns militantes e simpatizantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra residentes em Curitiba e região, muitos dos quais forjaram laços durante a vigília “Lula Livre” em frente à carceragem da Polícia Federal onde o atual presidente estava preso, dariam início ao embrião do que seria o coletivo Marmitas da Terra, a princípio assumindo um dos dias da cozinha do MNPR e posteriormente ocupando um espaço próprio. Por esse motivo, os locais de distribuição desses dois coletivos convergem, sendo duas praças de grande intensidade de movimento no centro de Curitiba: a praça Rui Barbosa e a Praça Tiradentes. Além das praças no centro, cabe ressaltar que o coletivo Marmitas da Terra foi paulatinamente ampliando sua capacidade de produção, bem como de pontos de distribuição, que se estenderam em diversos bairros, vilas e ocupações localizadas na periferia de Curitiba.

A terceira cozinha apresentada nesse trabalho se localiza na ocupação Veneza/Marielle Franco e se insere a partir de uma estratégia nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que consiste na instalação de espaços de produção coletiva de alimentos em territórios periféricos e/ou vulneráveis. Nem todas as cozinhas solidárias do MTST estão localizadas dentro de ocupações urbanas de moradia, como é o caso da ocupação Veneza/Marielle Franco. Cabe ressaltar que o diferencial dessa cozinha indica a sua importância, explicitada no histórico da ocupação, inicialmente espontânea e não organizada politicamente. Até então a “invasão” de uma antiga fábrica de explosivos, localizada no Tatuquara, bairro do extremo sul de Curitiba, se chamava “Veneza”, e apesar de servir de lar para centenas de famílias, corria risco iminente de despejo. Após a instalação da cozinha, observou-se um aumento da mobilização política dos moradores da ocupação, diminuição dos conflitos internos e fortalecimento dos laços de solidariedade com outras ocupações e movimentos sociais. Tais práticas socioespaciais de resistência forjam um horizonte compartilhado de transformação, atual e virtual, materialmente percebido, mas também simbolicamente representado através da mudança do nome da ocupação, que foi rebatizada em homenagem à Marielle Franco.



DA RESISTÊNCIA AO HORIZONTE DE TRANSFORMAÇÃO

Assim como os moradores da ocupação Marielle Franco, os outros coletivos dialogados nesse artigo, em suas práticas, e de acordo com o contexto e com as possibilidades e virtualidades ali dispostas, demonstraram a importância das cozinhas, enquanto espaços de produção coletiva, para o fortalecimento de um horizonte compartilhado de transformação. Ao passo que a produção hegemônica do espaço, por sua inerente contradição, não deixa de produzir também espaços diferenciais (LEFEBVRE, 2013), tem-se que a resistência como prática socioespacial pode se dar de variadas maneiras, podendo fazer referência à um momento efêmero, ou então por uma materialização mais ou menos consolidada. Convém, nesse tópico, discorrer sobre como as três experiências de cozinhas comunitárias relacionam suas práticas de resistência a horizontes de transformação da vida.

No caso de pessoas que são privadas do acesso à moradia, Grandi (2022) aponta que a luta, aqui compreendida como prática socioespacial de resistência, não se coloca como um momento específico do cotidiano, mas se torna o próprio cotidiano. Grandi também escreve que “a potencial base social do movimento enfrenta inicialmente o problema habitacional em diferentes lugares da cidade, sem que haja necessariamente um contato ou articulação sistemática prévia motivada pela questão habitacional entre as pessoas” (GRANDI, 2022, p. 49, trad. nossa). Esses dois aspectos colaboram para um duplo movimento de dispersão das lutas, temática e espaço-temporal, respectivamente. Nesse sentido, uma cozinha comunitária presente em um território periférico ou em uma ocupação urbana, através do que vem sendo aqui apontado, constitui um tipo de espacialidade que combate potencialmente essa dupla dispersão. Ao estar completamente inserida na vida cotidiana das pessoas que participam e usufruem dela, é mais que um espaço de produção e preparo de refeições: é um lugar central para a manutenção da organização coletiva. Isso fica evidente na fala de Guilherme Boulos, que indica que a cozinha “é mais que um espaço de comida, é um espaço de encontro, é um espaço de cultura, é um espaço de formação, é um espaço de diálogo, é um espaço de troca, a cozinha é o coração de qualquer ocupação”¹.

Grandi (2022) destaca também que uma das táticas utilizadas pelos movimentos de luta por moradia consiste em “conferir um sentido compartilhado ao sofrimento”, mas também “à esperança”. Tal compartilhamento significativo da experiência resulta não apenas na criação de laços de identificação, mas permite também a tomada de consciência de condicionantes estruturais compartilhadas de exploração através da transformação da luta cotidiana pela “luta por moradia”, e até mesmo além dessa. Assim, quando um espaço como uma cozinha comunitária, através do trabalho coletivo, cria um campo de negociação entre identidades diferentes, colabora para a criação de “espaços de encontro entre identidades no lugar de espaços que correspondam a identidades específicas” (STAVRIDES, 2016b, p. 58, trad. nossa). Nesse sentido, a prática emancipatória não se dá no “estabelecimento de uma nova identidade coletiva, mas no estabelecimento dos meios para que se produza a negociação entre identidades emergentes” (STAVRIDES, 2016b, p. 58, trad. nossa). Ao passo que a inventividade coletiva advém tanto das dificuldades cotidianas compartilhadas quanto de espaços de encontro entre pessoas de realidade social distintas, pode-se assumir que as cozinhas comunitárias são duplamente potentes neste sentido.



Segundo Stavrides, quando a organização coletiva se volta para a manutenção do comum, e não para sua expansão, as práticas socioespaciais, compreendidas enquanto fazeres-comuns “tendem a se tornar, nesses casos, práticas de proteção e manutenção da propriedade comum por decisões que excluem ‘estrangeiros’ e ‘outros’ (...) uma prática de privação coletiva” (STAVRIDES, 2016a, p. 123, trad. nossa). Por outro lado, quando tais práticas são direcionadas para a expansão e o contato com outras pessoas e outros espaços que passam por dificuldades semelhantes, sua potência política e emancipatória se incrementam. Para isso, é necessário estabelecer o comum e os espaços comuns como permanentemente abertos e em construção. As cozinhas que abordamos aqui, mesmo aquelas que não se encontram diretamente inseridas em contextos espacialmente periféricos dentro da cidade, também se apresentaram enquanto interessantes e potentes loci de experimentação política e pedagógica. A experiência junto às mesmas evidenciou as potencialidades, mas também as dificuldades e desafios compartilhados, bem como a existência de redes de colaboração necessárias para a manutenção e/ou expansão das ações de solidariedade, o que permite combater a dispersão espaço-temporal das lutas.

Tal interpretação possibilita um encontro interessante com a perspectiva multidimensional da “luta”, que além de ser uma categoria “política, organizativa e classificatória, (...) é um termo escalar” (GRANDI, 2022, p. 53). Encarar a transescalaridade das lutas, bem como de práticas socioespaciais de resistência, no nosso caso através das ações das cozinhas comunitárias organizadas por movimentos sociais, significa atentar-se às interações entre as dinâmicas locais e rotineiras e as trajetórias de temporalidades mais amplas. Isso significa atentar-se aos modos como os coletivos constroem, no cotidiano da luta, um tipo de pedagogia da ação que consiga equilibrar espaços de negociação abertos a identidades diversas com uma compreensão de mundo e da luta oriunda da experiência e da história dos movimentos, isto é, da memória de lutas prévias.

A experiência do coletivo Marmitas da Terra é bastante interessante para pensar esse tipo de negociação identitária, pois ao mesmo tempo que está intimamente ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), grande parte de seus membros não tinha contato prévio com o movimento, ou mesmo com qualquer atividade política. As ações *locais* do coletivo, ao mesmo tempo que são geridas de forma autônoma e independente pelas pessoas que participam das tarefas cotidianas, é alimentada pela experiência prévia do MST, bem como pela estrutura organizativa e material do movimento. Essa troca, no decorrer do seu processo, resultou na capacidade do coletivo em agregar e manter um núcleo bastante consolidado de militantes (cerca de 190 atualmente, entre participações constantes e esporádicas).

Não é exagero afirmar que a consolidação de um grupo engajado e mobilizado tornou possível a ampliação do horizonte de ação do coletivo para além da produção de marmitas. Primeiro em direção ao Assentamento Contestado, onde são realizados, em lavouras e hortas agroflorestais coletivas, mutirões semanais para o cultivo de alimentos usados na produção das marmitas e doados para outras cozinhas. A partir da combinação de forças com outros grupos e instituições, como organizações sindicais e a Escola Latino-americana de Agroecologia, foram mobilizados durante os anos de 2020 e 2021 outros mutirões de ação concreta em



territórios da periferia de Curitiba. Durante essas ações, foram realizados o plantio de duas hortas agroflorestais, no bairro Sabará, extremo oeste da cidade e na Vila Chacrinha, extremo Leste, a construção de uma cozinha comunitária na Ocupação Vila União, no bairro Tatuquara, na região sul de Curitiba e um conjunto de baias de trabalho de uma associação de catadores no bairro da Cidade Industrial de Curitiba.

Em uma conversa corriqueira com Roberto, jovem militante do MST que vive atualmente em uma ocupação urbana da Região Metropolitana de Curitiba, ele conta, enquanto picamos tomates, que a luta na cidade é muito diferente da luta no campo. Isso porque nas ocupações urbanas as pessoas precisam sair para trabalhar enquanto nos acampamentos e assentamentos rurais todo o cotidiano está inserido dentro do território do movimento, o que corrobora mais uma vez a importância de espaços capazes de suprir as necessidades coletivas através do trabalho coletivo, como é o caso de uma cozinha comunitária. Segundo o relato de Roberto, nos últimos anos tem-se colocado em pauta a ampliação das ações em territórios urbanos, a partir de um entendimento que a luta não poderia ficar restrita às ocupações e assentamentos, mas deve chegar também nas cidades, se aproximando com os movimentos sociais urbanos, efetuando uma mudança estratégica resultante de avaliações do movimento em escala nacional.

Nos contextos locais, isso tem levado à uma diversidade de experiências concretas, dentre as quais se coloca a cozinha comunitária e o coletivo “Marmitas da Terra”. Tal compreensão, resultado da trajetória de lutas do MST coaduna com o entendimento de que a resistência, ao mesmo tempo que se dispersa em diferentes temas, forma pontos de encontros no tecido social, forjando uma imaginação geográfica próxima da ideia de multiplicidade espacial proposta por Doreen Massey (2008). Em outras palavras, embora localizadas em contextos específicos, as intervenções materiais relatadas beneficiam não apenas as pessoas diretamente relacionadas, mas colaboram na costura de redes solidárias de autonomia, a partir de vínculos locais, e se expandindo para outras escalas.

Mesmo quando as necessidades materiais (nesse caso, a fome) não são diretamente sentidas por aqueles que participam ativamente do preparo das refeições, como é o caso da cozinha do Marmitas da Terra (e também de algumas ONG's, não trazidas aqui, mas que participaram da pesquisa de mestrado), quando compreendidas politicamente, as práticas envolvidas adquirem potencialidades tais como aqueles espaços mantidos pelas pessoas que se beneficiam diretamente. A separação entre aquele que ajuda e aquele que é ajudado, presente na ideia da caridade, se desfaz a partir da substituição dessa pela solidariedade ativa e crítica. Martins (2000, p. 46), se referindo aos vínculos de solidariedade comunitários exercidos em acampamentos e assentamentos do MST onde a modernização tecnológica e econômica vem “acompanhada de uma notável criatividade social”, escreve que

nos acampamentos, na fase de luta pela terra, acabam se ressocializando por força do convívio e dos enfrentamentos conjuntos com estranhos. Há aí, pois, um alargamento de horizontes e de convivência. (...) Em decorrência, nos assentamentos, a sociedade é literalmente reinventada, abrindo-se para concepções mais largas de sociabilidade (MARTINS, 2000, p. 47).



Dessa forma, a experiência levada a cabo pelo coletivo Marmitas da Terra, embora com momentos de convivência menos alargados que em contextos de acampamentos e assentamentos, inventa modos de fazer que reproduzem sociabilidades presentes nesses tipos de espaços. Isso pode ser percebido não somente na organicidade do trabalho, mas também no acolhimento e integração de novos membros, no aprendizado através da prática, na distribuição de responsabilidades e nos momentos de mística³ e confraternizações, responsáveis por criar lugares de convivência tão importantes para a manutenção e expansão do coletivo quanto aqueles diretamente relacionados à produção das marmitas. Pode-se afirmar que tais espaços-tempo colaboram na elaboração de sentidos compartilhados da resistência, assim como o cotidiano compartilhado em acampamentos, assentamentos e ocupações.

Destacamos até então duas experiências, uma localizada espacialmente em um território periférico e de resistência, gerenciada pelas pessoas que diretamente se beneficiam das refeições, e outra mantida por um coletivo formado por pessoas de diferentes trajetórias e classes cujas ações demonstraram expansão e capilaridade para além dos espaços imediatamente relacionados à cozinha. A experiência da cozinha do MNPR, por sua vez, assim como na cozinha da Ocupação Marielle Franco, é mantida pelas pessoas que são o público prioritário das distribuições, no caso, a população em situação de rua. Assim como na cozinha do Marmitas da Terra, as distribuições não são realizadas nas cozinhas ou no seu entorno, mas em duas praças do centro de Curitiba. Uma delas, a Praça Rui Barbosa, se tornou, após a pandemia, um dos principais locais para o acesso a alimentação gratuita no centro de Curitiba, com distribuições diárias na hora do almoço.

Embora não tenha apresentado expansão nas suas atividades, a cozinha do MNPR tampouco sucumbiu às enormes dificuldades, mantendo-se em atividade desde o início da pandemia de Covid-19. Ainda que o movimento seja organizado e mantido unicamente por pessoas que estão ou que passaram por trajetória de rua, para a manutenção das atividades da cozinha foi necessário abrir-se também para a participação de voluntários e apoiadores externos, tecendo laços com outras organizações. É importante citar que no começo das atividades a maior parte da mão-de-obra era de voluntários externos ao movimento, mas com o passar do tempo, o grupo que mantém a cozinha diariamente foi se consolidando majoritariamente por pessoas em situação de rua. Essa separação entre voluntários e militantes se mostra funcionalmente e politicamente interessante no caso do MNPR, pois cria um lugar de protagonismo para pessoas duramente marginalizadas e garante pessoas interessadas em manter a cozinha em funcionamento. Por outro lado colabora, também para definir diferentes níveis de responsabilidade e autoridade, gerando ora ou outra conflitos decorrentes dessa separação.

Cabe destacar que além da produção semanal de 1200 marmitas, a aproximação com as próprias pessoas em situação de rua que encontraram ali a possibilidade de buscar uma condição de vida melhor deve também ser compreendida como um dos ganhos desse processo. Algumas dessas pessoas, devido à participação nas atividades, puderam ter novamente um lugar para morar e em alguns casos voltar a estudar e ter projetos profissionais, pois uma das maneiras que o MNPR encontrou para garantir cozinheiros e cozinheiras na atividade cotidiana da cozinha foi a partir da troca de um aluguel social pela responsabilidade em ajudar no preparo das marmitas. Além disso, o movimento tem usado a cozinha como um cartão de visita não



somente para a população em situação de rua ou possíveis apoiadores externos, mas para a sociedade em geral, chamando a atenção para os problemas de acesso à alimentação, mas principalmente do acesso à moradia, através da participação em reuniões e atos públicos em defesa da instituição e execução do projeto “moradia primeiro”².

Assim, embora sejam todas geridas por integrantes de movimentos sociais, cada cozinha comunitária aqui dialogada apresenta particularidades e distintos modos de ação conforme o contexto socioespacial em que se inserem. As cozinhas do MNPR e da ocupação Marielle Franco compartilham a característica de serem mantidas pelas pessoas que são o público prioritário das distribuições, o que colabora para uma maior participação dessas na rotina das cozinhas (embora isso seja mais evidente no caso da ocupação, por estar inserida dentro da comunidade). A experiência do Marmitas da Terra, por sua vez, apresentou uma grande potência em termos da capilaridade de ações na cidade e na transformação de espaços materiais, o que se deve à capacidade de unir um coletivo aberto e dinâmico com a memória e a experiência de lutas de um movimento de envergadura tal qual o MST, cuja luta, como citada, não é mais compreendida enquanto restrita aos espaços do campo, mas admite em suas práticas reinvenções constantes e estabelecimento de diferentes horizontes de transformação. Convém, na sequência, analisar como tais ações podem ser entendidas enquanto “estratégias socioespaciais”, de acordo com a tipologia apresentada por Souza (2010).

Figuras 1 e 2 – Cozinha organizada pelo MNPR (à esquerda), localizada no Sindicato dos Correios (SINTCOM-PR) e cozinha organizada pelo coletivo Marmitas da Terra (à direita), localizada no Centro de Formação Urbano-rural Irmã Araújo (CEFURIA)



Fonte: acervo pessoal, 2020.

PRÁTICAS INSURGENTES E ESTRATÉGIAS SOCIOESPACIAIS

Ressaltar como as diferentes dinâmicas organizativas e políticas dos movimentos sociais que estão nos *fronts* da luta urbana produzem práticas espaciais distintas nos interessa não somente para compreender suas táticas e estratégias, mas para localizar as potencialidades “que abrem possibilidades, mas que também trazem riscos, entre os riscos está o do



esgotamento prematuro de uma luta (e da desmobilização)”, sendo que “para evitar isso, cumpre aproveitar e influenciar conjunturas, sem, contudo, perder-se no conjuntural” (SOUZA, 2010, n.p.). Segundo Souza (2010, n.p.) “as práticas espaciais insurgentes têm a ver, acima de tudo, com a ação direta”, e ressaltando o seu caráter contestador, obrigatoriamente devem ser envolvidas no bojo de uma luta real contra a “propriedade privada e os demais pilares da ordem socioespacial hegemônica”. Apesar de que “políticas públicas e instâncias participativas iniciadas e bancadas pelo Estado não podem, em si mesmas, claro está, ser consideradas insurgentes”, a luta institucional protagonizada por movimentos sociais, como é o caso do MNPR, ao se colocar ao mesmo tempo enquanto luta urbana, uma luta por direito à cidade, é travada concomitantemente na arena política representativa e nas praças e ruas da cidade. Pois, “afinal, tratar-se ia, nesse caso, dos dois lados (luta institucional e ação direta) de uma mesma moeda (a mobilização e organização emancipatória)” (SOUZA, 2010, n.p.).

Souza nos lembra, junto com Lefebvre (2013), que “o poder não é exercido apenas no espaço (...), mas também através do espaço e por meio do espaço, isto é, por meio das formas do substrato espacial material (formas espaciais), das configurações territoriais e das imagens de ‘lugar’” (SOUZA, 2010, n.p.). Da mesma maneira, o espaço não é somente o que experienciamos, mas o que imaginamos sobre ele, de modo que as “espacialidades (...) não apenas dão forma ao mundo social existente (...), senão também a mundos sociais possíveis, mundos capazes de inspirar ações e expressar sonhos coletivos” (STAVRIDES, 2016b, p. 15). Assim, embora a “resistência (contrapoder, insurgência), seja muito frequentemente exercida mediante processos de territorialização – ou seja, mediante o controle e a ocupação do espaço”, o modo de ação efetuado pelas cozinhas comunitárias citadas vai além dos aspectos materiais, ao passo que se constituem como “práticas que se vinculam a uma perspectiva de transformação emancipatória da realidade socioespacial” (SOUZA, 2010, n.p.).

Neste sentido, Souza propõe seis tipos gerais de práticas espaciais insurgentes, a saber: “territorialização em sentido estrito”; “territorialização em sentido amplo”; “refuncionalização/reestruturação do espaço material”; “ressignificação de lugares”; “construção de circuitos econômicos alternativos” e “construção de redes espaciais”. Como bem ressalta o autor, “as práticas espaciais referentes aos tipos acima elencados têm sido usualmente combinadas umas com as outras, no âmbito de estratégias socioespaciais” (SOUZA, 2010, n.p.). Uma rápida incursão em torno dessa tipologia permite algumas considerações interessantes sobre como as cozinhas solidárias relatadas efetuam tais práticas e constroem suas estratégias socioespaciais.

A territorialização em sentido estrito ocorre quando há “‘apropriação’ e controle do espaço por meio ou com ajuda da presença física”, como é o caso de ocupações, piquetes e barricadas. Esse tipo de prática espacial aparece com mais força nas ações localizadas em espaços periféricos, como é o caso da cozinha comunitária da UMT, bem como nas localizadas em territórios ocupados por movimento de luta por moradia. No caso das cozinhas do Marmitas e do MNPR a apropriação se ressalta nos momentos de distribuição (Figuras 4 e 5), onde se evidencia o que Souza denomina como “territorialização em sentido amplo”, isto é, quando



“regras espaciais impostas pelo Estado são quebradas mediante símbolos provocativos e sem a presença física duradoura dos transgressores” (SOUZA, 2010, n.p). Cabe ressaltar a importância desse momento enquanto disputa discursiva no espaço público, o que se dá pela presença de pessoas que são invisibilizadas pela cidade hegemônica mas também pelos próprios movimentos, que têm a possibilidade de desconstruir ali imagens equivocadas a eles atribuídas, como é o caso da associação do MST como “guerrilheiros radicais” e “invasores de terras”.

Figura 3 e 4 – Distribuição de marmitas na Praça Rui Barbosa, em Curitiba



Fonte: acervo pessoal, 2021

A “refuncionalização do espaço material”, de modo que esse seja “adaptado a novas funções no transcurso da manutenção duradoura de territórios dissidentes” (SOUZA, 2010, n.p) pode ser caracterizada nas ações de construção coletiva de hortas e da cozinha empreendida por moradores e pelo coletivo Marmitas da Terra (Figura 6). Aqui a importância de uma horta coletiva para manutenção do território dissidente se coloca tanto na dimensão prática da sobrevivência e da soberania alimentar, mas também pelo fortalecimento de laços de coletividade e autonomia política. Desse modo, a refuncionalização do espaço caminha paralelamente com a reestruturação do mesmo, o que indica não somente uma adaptação funcional de acordo com as necessidades do coletivo que ali atua, mas também da construção de relações sociais duradouras que colaboram para a manutenção e expansão das práticas diferenciais e fazeres-comuns.



Figura 5 – Mutirão de construção da horta agroflorestal da Vila Chacrinha, no bairro



Boqueirão, em Curitiba

Fonte: Nelson Orlando de Andrade, 2021.

A “ressignificação de lugares”, que leva em conta os aspectos simbólicos de um espaço, por sua vez, se expressa tanto de maneira efêmera nas praças, quanto de forma mais consolidada e cotidiana nas ocupações e vilas. Nos territórios periféricos, esse tipo de prática espacial insurgente parece encontrar bastante relação com a “territorialização em sentido estrito”, o que ganha mais força e potência quando imerso na vida cotidiana das pessoas que habitam esses lugares. É importante ressaltar que nesses casos a resignificação dos lugares vem, muitas vezes, acompanhada também de uma resignificação e do rompimento de estigmas pessoais e coletivos, um dos passos para a construção de identidades emancipatórias e para a manutenção de práticas insurgentes baseadas na organização coletiva (STAVRIDES, 2016a).

Por fim, a “construção de circuitos econômicos alternativos” ao mercado e às relações de produção capitalistas, bem como a criação de “redes espaciais”, isto é, de “estratégias multiescalares integrando várias ou mesmo muitas experiências de resistência local ou regional e seus respectivos territórios dissidentes” (SOUZA, 2010, n.p.), também podem ser facilmente identificadas nas ações das cozinhas comunitárias. Na verdade, talvez esses sejam dois aspectos pelos quais a ação do coletivo Marmitas da Terra, em especial, pode ser encarada como a mais potente em termos de contestação das relações de produção capitalista. Não apenas os insumos utilizados na própria cozinha do Marmitas, mas também muito do que é distribuído para outras cozinhas comunitárias é resultado da produção coletiva nas hortas mantidas no Assentamento Contestado. Se desenvolve assim uma rede de colaboração entre territórios distintos, compostos por camponeses assentados e acampados, militantes rurais e urbanos e também colaboradores cidadãos por meios de doações. Nesta vereda, efetuam o que Souza denomina como “política de escalas”, isto é,

a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (...) com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações adversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis, por exemplo, ampliando esferas de influência (ao expandir audiências, sensibilizar atores que sejam possíveis



aliados etc.) e propiciando sinergias políticas (ao recrutar novos apoios, costurar alianças, etc) (SOUZA, 2010, n.p.).

Assim, o trabalho coletivo empreendido não apenas nas cozinhas comunitárias, mas também nas hortas e agroflorestas mantidas através do trabalho coletivo de militantes do campo e da cidade, podem ser entendidas, como aponta Ribeiro (2018, p. 59), enquanto uma “prática de resistência primeira, forjada no âmbito do lugar e da vida cotidiana”. Mas ressaltando que, além disso, estas constroem estratégias de resistência, ou “estratégias socioespaciais”, quando se estendem “para uma escala mais ampla no encontro com o outro, que padece de situações de expropriação semelhantes” (SOUZA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço tal como se coloca no modo de produção capitalista tem como um dos fundamentos a propriedade privada, o que se expressa tanto materialmente na definição do valor da terra urbana, quanto é responsável por criar subjetividades individuais e coletivas. Por esse motivo, para promover a emancipação com relação às lógicas que sustentam o sistema de exploração vigente, é necessário inventar novas formas de organização social que rompam com a dominação material e subjetiva da propriedade privada. Ao passo que “a pobreza da multidão não remete a sua miséria, privação ou mesmo carência, antes designando uma produção de subjetividade social que resulta num corpo político radicalmente plural e aberto” (HARDT e NEGRI, 2016, p. 56), as práticas espaciais insurgentes, ou de resistência, ao mesmo tempo que produzem espaços diferenciais, criam subjetividades coletivas alternativas ao domínio da propriedade.

Segundo Hardt e Negri (2016, p. 63), a caridade cristã pode ser encarada como uma “manobra prática” instituída pela república da propriedade, e nesse sentido, a perspectiva de uma solidariedade reflexiva, como pautada por Jodi Dean (1995) se coloca como uma poderosa maneira de fornecer mecanismos de dessubjetivação em relação ao regime da propriedade. Pois enquanto a “atividade caritativa em favor dos pobres e sofredores” define-os “como objeto de piedade, e não como sujeitos dotados de poder” (HARDT e NEGRI, p. 63), a solidariedade reflexiva deve necessariamente ser praticada como um exercício de reconhecimento mútuo, fomentando espaços de integração social através da cooperação (DEAN, 1995, p. 128).

Assim, o interesse em fazer uma geografia das práticas espaciais insurgentes vai além de sua importância teórica, encarada como um diálogo frutífero entre a academia e os movimentos sociais, mas também pode auxiliar em propostas de intervenção na cidade, como os processos de “revitalização de baixo para cima”, tal qual identificado por Souza (2010) na ação do MTST. Mas mais do que isso, através da inventividade social, os grupos que produzem tais práticas fornecem um caminho alternativo tanto à privatização do espaço quanto à relegação de sua manutenção e autoridade ao poder público. Pois “as comunidades em movimento criam espaços comuns, espaços usados sobre condições decididas pelas comunidades e abertos a qualquer um que participe das ações e aceite as regras coletivamente acordadas” (STAVRIDES, 2016a, p. 165). Dessa forma, o exercício da potência de transformação social operada através



do trabalho coletivo promovido pelas cozinhas comunitárias é aqui ressaltado, mas nem de perto encerra as possibilidades dialógicas que essas experiências proporcionaram e vêm proporcionando a este que os escreve. Como aponta Ribeiro (2018, p. 62),

não é suficiente apenas localizar os conflitos e resistência sobre o terreno, mas é necessário entender como uma prática espacial impede a realização absoluta da lógica da mercadoria e produz um espaço diferencial (...). Nessa busca saímos da localização dos conflitos e processo de resistência no espaço para entender a prática de resistência como relação que produz (ou pode produzir) um espaço diferencial.

Neste sentido, entender as cozinhas comunitárias como espaços diferenciais significa ressaltar as potencialidades desses lugares sociais “para vivenciar e inventar a cidade como obra humana compartilhada” (BARBOSA, 2017, p. 186). Como aponta Ribeiro (2018, p. 59), “o lugar e a vida cotidiana são onde se assentam os fundamentos de uma resistência mais ampla e onde se constroem as possibilidades de politização dessas próprias práticas em outras escalas”. O que o espaço, material e relacional, ocasionado pelas trocas cotidianas na cozinha propicia é a demonstração prática que tanto a superação das dificuldades, quanto a possibilidade de uma melhoria de vida advém da organização coletiva. Criando brechas na cotidianidade hegemônica, as cozinhas comunitárias inserem uma maneira nova de relacionar-se uns com os outros e com a cidade que habitamos. Uma maneira na qual a solidariedade coletiva e reflexiva é a via de regra para as relações, compreendida como horizonte de convivência desejado para o futuro, mas ao mesmo tempo atualmente praticado, aos moldes de uma utopia experimental.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas envolvidas nos coletivos e cozinhas comunitárias que colaboraram com essa pesquisa, em especial o Coletivo Marmitas da Terra, a cozinha do MNPR e a cozinha da ocupação Marielle Franco.

NOTAS

1 - Entrevista concedida ao autor durante a inauguração da cozinha solidária da ocupação Veneza/Marielle Franco, em Novembro de 2020.

2 - Se trata de um projeto de acolhimento de pessoas em situação de rua, que ao invés de ser baseado em albergues temporários como usualmente acontece, propõe que as pessoas atendidas recebam uma moradia individual ou para sua família. Esse projeto foi instituído como política pública, através da portaria N° 2.927/21, muito embora sua execução ainda não tenha ocorrido de forma abrangente.

3 – Chaves (2022, p. 3) define assim tais momentos: “No MST, mística refere algo intangível, é a qualidade de confiança, coragem e firmeza ante situações favoráveis ou adversas da luta pela terra. Mística é também o nome dado a cerimônias com características rituais realizadas precipuamente com intuito motivacional. Entretanto, longe de limitar-se ao encorajamento dos militantes, tais cerimônias desempenham importantes funções políticas e organizativas, com



relevância atestada por serem atividades prescritivas, objeto de regulação e reflexão especializada”.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, 2011, vol. 13, p. 52-84.
- BARBOSA, Jorge Luiz. As favelas na reconfiguração territorial da justiça social e dos direitos à cidade in CARLOS, Ana Fani A.; PADUA, Rafael Faleiro de; ALVES, Glória Anunciação. *Justiça espacial e o direito à cidade*. São Paulo: Contexto, 2017, p. 179-187.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo, 2000.
- CHAVES, Christine. Rituais da Mística. A mística do MST e as aporias da ação coletiva. *Revista de Antropologia*, 2022, vol. 65.
- D'ANDREA, Tiarajú Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. São Paulo, 2013. Tese (doutorado em Sociologia) - FFLCH, Universidade de São Paulo.
- DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e produção do espaço. *Revista Cidades*, v. 6 n.10, 2009.
- DEAN, J. *Reflective Solidarity*. *Constellations*, v. 2, n. No 1, p. 114-140, 1995. Cambridge.
- GRANDI, Matheus da Silveira. Más allá de la vivienda: la metamorfosis de la lucha y la escalaridad del movimiento de los sem-teto brasileiro. *Tabula Rasa*, 2021, no 39, p. 39-64.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Editora Record, 2016.
- KROPOTKIN, Piotr e SKODA, Adriano (trad.). *Cozinhas comunistas [1914]*. Disponível em <<https://biblioteca.terralivre.noblogs.org/cozinhas-comunistas-de-piotr-kropotkin/>> acesso em março de 2023.
- LEFEBVRE, H. *Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. *Rhythmanalysis: Space, time and everyday life*. A&C Black, 2004.
- LEFEBVRE, H.; LOREA, I.; GUTIÉRREZ, E. (trad.). *La Producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- LUNARDON, Kauan Arthur F. *Cozinhando o/em comum: entre disputas pelo espaço público e a produção diferencial do espaço*. 2022. 242 p. Dissertação de mestrado — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.
- MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2009.
- RIBEIRO, Fabiana Valdoski. A prática socioespacial da resistência in CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. *Geografia urbana crítica: teoria e método*. São Paulo: Contexto, 2018.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o estado, apesar do estado, contra o estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Revista Cidades*, 2010, vol. 7, no 11.
- STAVRIDES, Stavros. *Common space: The city as commons*. Zed Books Ltd., 2016a.
- STAVRIDES, Stavros. *Hacia la ciudad de umbrales*. Ediciones Akal, 2016b.

COMO CITAR ESTE TRABALHO

LUNARDON, Kauan Arthur Fonseca. Cozinhas comunitárias e práticas socioespaciais de resistência: entre a luta cotidiana e os horizontes de transformação. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 19, n. 2, p. 100-117, Ano. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2023.76240>. Acesso em: DD MMM. AAAA.